

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 164.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 27 de Setembro de 1971**  
**(Segunda-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Artur de Souza, Borsari Neto, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silverio, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (35); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Santos Lima, Domicio Scaramella e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE:**

**MENSAGEM:**

**MENSAGEM 22/71**  
Senhor Presidente.

Curitiba, 12 de agosto de 1971

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer norma legal a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP, através de deliberações tomadas em Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, possa instituir novas Diretorias ou suprimir as já existentes.

2. O plano ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, é altamente significativo e de elevado interesse público, eis que ensejará condições no sentido de que o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, estructure-se administrativamente com base no seu real crescimento. As atuais atividades do BADEP vêm revelando destacada presença no campo operacional específico, notoriamente no que respeita aos incentivos ao desenvolvimento do parque industrial paranaense, numa inequívoca contribuição ao progresso regional.

3. As normas consubstanciadas nas Leis n.ºs. 4.529, de 12 de janeiro de 1962 e 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que disciplinam o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Econômico, estabelecem que o seu gestor, hoje o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná S/A — BADEP, tenha sua administração formada por uma Diretoria composta de três Diretores, sendo um Presidente, um Financeiro e um Administrativo.

Em razão da evolução natural de suas atividades, a instituição necessita de uma ampla mobilidade no que concerne à composição de sua cúpula administrativa, a fim de que a entidade possa estruturar-se de maneira a atender plenamente às imposições que a dinâmica da organização exige, motivo esse que bem demonstra a urgência de uma lei que atribua as Assembléias Gerais, da empresa na qual o Estado é sócio majoritário, competência para dispor sobre os cargos de sua Diretoria.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **HAROLDO LEON PERES**

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º O Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, através de deliberações tomadas em Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, poderá instituir novas Diretorias ou suprimir as já existentes.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 102, 103, 104 e 111/71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

313/70: Do Senhor Ex-Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a considerar de Utilidade Pública, a Assistência Lar Esperança, da cidade de Londrina, o qual, convertido em Lei tomou o n.º 6.218 — **Agradeça-se.**

30/71: Do Senhor Deputado Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública, o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina, o qual, convertido em Lei, tomou o n.º 6.214. — **Agradeça-se.**

202/70: Do Senhor Deputado João Mansur, que declara de Utilidade Pública, o Centro de Ação Social Jardim das Américas, com sedé nesta Capital, o qual, convertido em Lei, tomou o n.º 6.215. — **Agradeça-se.**

39/70: Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que concede o Título de Poeta Honorário do Paraná, ao Poeta Liberalino Estevam, o qual, convertido em Lei, tomou o n.º 6.213 — **Agradeça-se.**

255/69: Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que denomina "Vereador José Ramos de Oliveira", o atual Grupo Escolar de Pirapó, Distrito do Município de Apucarana, o qual, convertido em Lei, tomou o n.º 6.217. — **Agradeça-se.**

302/68: Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senador Atílio Fontana, o qual, convertido em Lei, tomou o n.º 6.216. — **Agradeça-se.**

268/70: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 3-70, que cria no Quadro Único de Pessoal da Penitenciária de Mulheres, os cargos em Comissão, na forma e como especifica, o qual, convertido em Lei tomou o n.º 6.219. — **Agradeça-se.**

133/71: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 17/71, do Senhor Governador do Estado, que institui a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), com personalidade jurídica de Direito Público, sede e fóro na Capital, o qual, convertido em Lei, tomou o n.º 6.220. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 101/71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei n.º:

100/70: Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que visa elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n.º 1.535, de 2.º de dezembro de 1.953. — A C.C.J.

#### REQUERIMENTOS:

—De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 158/70.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa um voto de congratuações, ao Presidente da República, ao Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente do I.B.C., pelo êxito alcançado com o Acôrdio Internacional do Café.

A atitude dos nossos representantes, expressando a orientação brasileira, obteve ampla repercussão, graças aos benefícios nos meios agrícolas e especialmente na classe ligada à cafeicultura.

Por esta razão, propomos ao Plenário o presente Requerimento de aplausos que, após aprovado, seja dada ciência do mesmo às autoridades acima mencionadas.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1971.

(a) Wilson Fortes

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 77 do Regimento Interno, vem respeitosamente requerer seja o GRANDE EXPEDIENTE da sessão legislativa do dia 25 de novembro, quinta-feira, dedicado à comemoração do Centenário da Imigração Polonesa.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1971.

(a) Arthur de Souza

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná foi um dos Estados onde com mais intensidade deu-se a fixação de imigrantes oriundos da Polónia e a influência desse povo heróico e bravo fez-se sentir acentuadamente nos mais variados setores sociais.

Nada mais justo que esta Casa renda a sua homenagem, ao ensejo de data tão significativa.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições, requer se constitua uma Comissão de Parlamentares para verificar estragos causados por tempestades de granizo ocorrido a 26 do corrente, na região de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1971.

(a) Paulo Poli

#### Requerimento

Senhor Presidente:

#### Considerando:

1. Que já há alguns anos, foram considerados como parte do Patrimônio histórico do Estado do Paraná, os locais denominado "FONTE DA CARIOCA" e "CAPELA DO SENHOR BOM JESUS DO SAIVA", no Município de Aritonina;
2. Que realmente agiram acertadamente os responsáveis pela medida,

pois os dois monumentos retratam episódios marcantes da história do nosso Estado;

3. Que, porém, desde a adoção da medida referida no item 1, as autoridades locais que até então vinham zelando pela conservação dos referidos monumentos não mais puderam agir, em função de determinação do próprio Patrimônio, cujo responsável, na época, informou que enviaria um técnico para orientar o pessoal habilitado para realizar os trabalhos necessários de reparação e conservação;

4. Em vista disto, os dois locais encontram-se em péssimas condições, notadamente a Capela, que está ameaçada de desabamento, requeiro à Mesa, regimentalmente, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando que S. Exa. se digne determinar as medidas necessárias junto ao Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura da S.E.C., objetivando medidas urgentes para a permanente conservação dos aludidos locais, partes integrantes de importância histórica da vida do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1971.

(a) Mauricio Fruct

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Por uma irônica e curiosa coincidência, quando estávamos a preparar discurso que proferiríamos nesta Assembléia, verberando a atitude de Minas Gerais, já que aquele Estado amigo insistia numa campanha de valorização do produto industrializado mineiro, lançado ali pela Federação das Indústrias e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em detrimento dos demais Estados brasileiros que mantêm um comércio intenso com Minas, e eis que deparo com um artigo onde precisamente um Deputado mineiro denuncia e profliga manobra de outro Estado da Federação que institui um bloqueio econômico a Minas Gerais, o Estado da Bahia.

Els, Srs. Deputados, como se expressou o Deputado mineiro Dênio Moreira, da ARENA:

"O primeiro bloqueio econômico dentro do Brasil, envolvendo Estados da Federação, foi iniciado pelo Governo da Bahia, ao fechar na madrugada de anteontem para ontem as barreiras para impedir a saída de mercadorias para Minas, entre as quais a madeira, segundo estou informado".

O Deputado disse que a decisão de efetuar o bloqueio econômico foi tomado pelo Governador do Estado da Bahia, Sr. Antonio Carlos Magalhães, e provocará um colapso total na indústria de beneficiamento de madeira no Estado de Minas Gerais, com séria repercussão para a maior indústria de compensado de madeira da América Latina, a Brasil Holanda, de Nanuque.

Disse o Deputado Dênio Moreira que a "Brasil Holanda" emprega dois mil operários e constitui uma das maiores empresas do Estado e é a base da economia da cidade de Nanuque.

Além de Nanuque outras indústrias de beneficiamento de madeira de Teófilo Otoni, Governador Valadares e de toda a faixa da Rio-Bahia, e até mesmo de Belo Horizonte, entrarão em colapso com a ameaça de desemprego para mais de 10 mil pessoas, com repercussão social para uma larga faixa da população.

Anunciou ainda o Deputado mineiro, que fará a comunicação ao Governador Rondon Pacheco, ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Fazenda, porque considera que "esta guerra que nos propõe o Governador Antônio Carlos Magalhães não estava nos planos mineiros, pois o bloqueio econômico é medida que somente conhecemos entre as potências estrangeiras que se detestam e desejam se aniquilar".

E claro, Senhores Deputados, que nem de longe poderíamos estar aplaudindo a atitude bahiana, mormente porque não sabemos das razões pelas quais foi posta em prática, e ainda porque, seria flagrante incoerência de

nossa parte, já que a nossa posição é a de defender intransigentemente o livre comércio inter-estadual.

Apenas fizemos a citação para demonstrar com maior lucidez quão injustificável é qualquer atitude que venha a tomar um Estado brasileiro no intuito de prejudicar ou violentar as relações econômicas que devem necessariamente existir no âmbito inter-estadual, já que o intercâmbio precisa vigorar para que não se quebre o equilíbrio econômico tão necessário e desejável, onde os excedentes de um, possam encontrar mercado promissor em outro Estado.

Como já frizamos acima, não sabemos o que inspirou o Governador Magalhães a proibir que a matéria prima baiana fosse bandeada para Minas Gerais, mas bem poderia ter sido, e isto é o mais aceitável, a própria atitude mineira encetando um movimento em que se visava inescandidamente deixar sem mercado o que os outros Estados altamente industrializados produzem e remetem para este enorme consumidor que é o gigante Estado mineiro.

O fato é que, uma vez desencadeada a campanha de valorização da produção interna, já as providências e reivindicações para seu reforço começaram a surgir como que numa reação em cadeia, não só oferecendo-se diplomas a dezessete jornalistas de Belo Horizonte, diplomas de "colaborador da indústria", mas ainda destacando-se prioritariamente três reivindicações feitas pela indústria local, quais sejam:

Que as Secretarias de Estado, as Empresas de Economia Mista e Autarquias adotem em suas Concorrências e Coleta de Preços, norma taxativa de defesa e valorização do produto mineiro, estabelecendo em seu favor, considerad aa qualidade e preço, manifesta preferência. Essa preferência alcançaria o produto mineiro mesmo quando a diferença por ventura registrada a maior não ultrapasse o limite do ICM a ser arrecadado pelo Estado.

Segunda: — Que se possa estabelecer com a Secretaria da Fazenda convênio de forma a que seja incluído, no concurso "Seus Talões Valem Milhões", um prêmio extra aos consumidores sorteados, desde que comprovado, por sistema, que poderia ser idealizado, que o produto que deu origem ao cupom ganhador é de procedência mineira.

Tercera Reivindicação: — esta já é de molde a recomendar amistoso intercâmbio com os contribuintes, esperando que a área dos entendimentos se alarguem, de modo que esta Campanha possa se alicerçar na cooperação econômica dos que produzem para benefício do Estado e da coletividade mineira.

"Enquanto o Estado do Paraná abre suas fronteiras e comercia com todos os demais Estados, e mais, abre também os seus braços e aceita a mão de obra de irmãos nossos que aqui aportam atraídos pelo progresso crescente que aqui se experimenta, e contrata até serviços de empresas que têm sua sede fora do seu território, é estranhável que Minas chegue ao extremo de cercear tudo isto, inclusive com a tramitação de um Projeto de Lei, cujo autor é o Deputado Estadual MORVAN ACAIABA e cuja íntegra aqui está:

"Art. 1. — Nas concorrências públicas e administrativas, e nas tomadas de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços por parte do Estado, de suas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e órgãos autônomos, será assegurada preferência às empresas estabelecidas em Minas Gerais, em igualdade de condições com os demais concorrentes.

Parágrafo único — A preferência às empresas de que trata o artigo primeiro desta Lei deverá constar dos editais da concorrência e dos instrumentos de tomada de preços".

Na nossa preocupação em saber até onde nosso Estado poderia estar sendo prejudicado com medidas deste alcance, fomos ao Departamento Estadual de Estatística e valemo-nos de alguns dados ali coletados. Vejam os Senhores Deputados que não são poucos os produtos industrializados que têm sido consumidos por aquele mercado e, para não nos tornarmos cansativos, citaremos estes somente: acessórios para automóveis e semelhantes; artigos de matérias plásticas; artigos de porcelana; borracha laminada; caixas de ma-

deira para embalagens; compensados de cedro; compensados de madeira de lei; compensados de pinho; geladeiras elétricas para uso doméstico; janelas e portas de madeira; ladrilhos e demais produtos cerâmicos; lâminas de madeira, malas e semelhantes de couros; manufaturas têxteis de fibras sintéticas; móveis de madeira, estofados e não estofados; pianos, tacos de madeira para assoalhos, etc.

Assim, quando deparamos com o impasse já criado pelo Estado bahiano, tão do desagrado de seus irmãos mineiros, só nos resta fazer um apêlo mui veemente às classes conservadoras e ao próprio Governo de um Estado que tanto respeitamos e pelo qual tanta simpatia e bem querer votamos, desejando ardentemente que esta inovação chegue ao seu destinatário; que se faça a promoção de suas indústrias, o que é muito justo e até louvável, mas sem as medidas extremas representadas por leis que restringem, ou melhor, cortam drasticamente o direito de os órgãos públicos escolherem livremente aquilo que mais lhes convém, depois de se terem cercado dos cuidados de uma concorrência ou de uma coleta de preços.

E com o que não podem concordar os demais Estados produtores, é com a mentalidade que se tenta impingir, através das campanhas aqui denunciadas, de molde a obter até das próprias empresas privadas, a mesma discriminação danosa cogitada para os órgãos governamentais, os de economia mista, autarquias, empresas públicas e órgãos autônomos, prejudicando e atingindo irreparavelmente as transações com os produtores de fora, que sempre mantiveram negociações normais com Minas, não apenas vendendo para aquele grande Estado mas, em contraposição, adquirindo-lhe tudo o que de útil e apreciável produz".

Daí porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trouxemos o assunto à baila. Vimos a esta Tribuna para dizer que estamos em contraposição com a iniciativa mineira e temos esperança de que o apêlo que ora fazemos, há de chegar ao ouvido do bom povo mineiro, há de, forçosamente encontrar eco e o comércio livre que sempre se estabeleceu entre os demais Estados do Brasil e Minas Gerais, há de perdurar.

Era o que tínhamos a dizer. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, passaremos à

#### ORDEM DO DIA

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem)

Sr. Presidente, normalmente eu teria que me inscrever para falar, dada a delicadeza do assunto. Entretanto, observei que vários oradores desistiram da palavra e não seria correto que eu ocupe a Tribuna, porque de certa forma estaria passando na frente desses Oradores.

Pedi a palavra para anunciar que devo ocupar a Tribuna em data de amanhã; peço minha inscrição para tal, para registrar esta catástrofe ocorrida nas cidades de Campo Mourão e Araruna.

E digo aqui, ligeiramente, Sr. Presidente, que na cidade de Araruna tem 50 feridos e dois mortos e o granizo que caiu lá, um medindo 20 centímetros de diâmetro, pesando um quilo. Consta que a cidade está totalmente destruída.

Pedi a palavra pela ordem, para que fique registrado que amanhã farei relatório amplo, da Tribuna da Assembléia, sobre esta catástrofe. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), ao ancião Sr. Manoel Maurício, residente nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Com SUBSTITUTIVO GERAL. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/71, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Casa Maternal Evangélica de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, em Campo Bonito e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.J. e C.I.P. — Com SUBSTITUTIVO GERAL. — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/69, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, para construção e pavimentação da via de acesso da sede do Município à rodovia PR-11. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 94/69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, destinado a acordar a construção e pavimentação da via de acesso da sede do Município à Rodovia PR-11.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de Junho de 1.969.

a) Dep. Túlio Vargas

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 94/69

I) — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Túlio Vargas, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, a fim de ser construída e pavimentada a via de acesso da sede do Município à Rodovia PR-11.

II) — Não há dúvida que o presente projeto é dos mais oportunos, pois visa melhorar o acesso rodoviário à cidade de Pirai do Sul, com o que muito ganhará a economia estadual.

III) — Sendo o projeto de inequívoca constitucionalidade, opinamos, s.m.j. pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 1.970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Abraão Miguel — Relator

Alencar Furtado

Ivo Tomazoni

Armando Queiroz

Paulo Poli

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 94/69

O presente plano de lei, que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar convênio, está de acordo com o que dispõe o art. 49, item IX, da Constituição Estadual, que reza ser da competência do Senhor Governador celebrar convênio com a União, com os Estados e com os Municípios, AD REFERENDUM da Assembléia Legislativa.

Pelo exposto nos manifestamos favoravelmente à propositura, por julgá-la legal e sem implicações de ordem financeira.

Pela aprovação, pois.

Sala das Comissões, em 15 de Junho de 1.970.

aa) Roberto Galvani — Presidente

Silvio Barros — Relator

Ivo Tomazoni

Ovidio Franzoni

Paulo Poli

Roberto Wypych

João Mansur

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**PARECER** Ao Projeto de Lei n.º 94/69

I) — O Projeto em apreço é objetivo e virá beneficiar em muito uma das comunas do Parana e sua população, contribuindo para seu desenvolvimento.

II) — Pelo exposto opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de Maio de 1.971.

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Antônio Maciel

Hélio Manfrinato

Borsari Netto

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Pirapó. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 71-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pirapó.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1.970.

a) Dep. Túlio Vargas

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de obra de há muito reclamada pelos moradores daquela região, a fim de substituir a balsa atualmente existente sobre o rio Pirapó, a qual, pelos inconvenientes que apresenta, como a morosidade operacional, perda de tempo, etc., se constitui em verdadeiro obstáculo a um maior ritmo de desenvolvimento e progresso do Município de Atalaia.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Deputado Túlio Vargas

#### P A R E C E R

O ilustre Deputado Túlio Vargas, que subscreve o presente Projeto de Lei, pretende autorizar o Poder Executivo a celebrar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pirapó.

A matéria não fere nenhum dispositivo de ordem constitucional ou legal. Está portanto, regimentalmente em condições de ser aprovado.

É o PARECER, S.M.J.

Sala das Comissões, em 3 de Junho de 1970.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente  
**Luiz Renato Malucelli** — Relator  
**Armando Queiroz**  
**Alencar Furtado**  
**Paulo Poli**  
**Ivo Temazoni**

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Deputado Túlio Vargas.

P A R E C E R

I — Visa o nobre deputado Túlio Vargas com o presente plano de Lei autorizar o Poder Executivo a celebrar convênios, através do Departamento de Estradas de Rodagem, e o Município de Atalaia para a construção de uma ponte de concreto, sobre o rio Pirapó.

II — A construção dessa ponte é a mais sentida reivindicação dos moradores de Atalaia, que vivem conforme justificativa que acompanha o Projeto, se verem livres da balsa existente para a travessia do rio Pirapó, pela morosidade operacional, perda de precioso tempo e outros inconvenientes.

III — No que diz respeito a parte financeira, nada há a opor, somos portanto pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de Junho de 1970.

aa) **Roberto Galvani** — Presidente  
**João Mansur** — Relator  
**Silvio Barros**  
**Ovidio Franzoni**  
**Wilson Fortes**

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER ao Projeto de Lei n.º 71-70

I — O Projeto em apreço, apresentado pelo eminente Deputado Túlio Vargas, está devidamente fundamentado e trata-se de uma obra que evidentemente virá atender não só o Município referido, mas sim uma vasta região produtora de Cereais, possibilitando o escoamento de sua produção.

II — Pelo exposto somos de PARECER FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em de maio de 1971.

aa) **Lázaro Dumont** — Presidente  
**Gilberto Carvalho** — Relator  
**Borsari Netto**  
**Antônio Maciel**  
**Hélio Manfrinato**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114-70, de autoria do Dep. João Mansur, fica regulamentada a Assistência Médico Hospitalar ao Funcionário Público e seus dependentes através do Instituto de Previdência do Estado e das outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 114-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — A assistência médico-hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, nos termos do disposto pelo art. 74 inciso II da Constituição do Estado do Paraná, será prestada por intermédio do Instituto de Previdên-

cia do Estado, observando-se, no que couber, os regulamentos específicos já em vigor.

Art. 2.º — Ao Governo do Estado caberá fornecer os recursos complementares para pagamento das despesas que decorrerem da aplicação do novo regime assistencial, ressarcindo o IPE, pelo sistema de restituição trimestral, das importâncias que forem efetivamente despendidas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1970.

a) Dep. João Mansur

#### JUSTIFICAÇÃO:

O disposto pelo art. 74, inciso II, da Constituição Estadual, representa, sem dúvida nenhuma, uma grande conquista da laboriosa classe dos Servidores Públicos do Paraná, no terreno assistencial.

Para torná-la efetiva, no entanto, necessária se faz a regulamentação do dispositivo constitucional.

É o que objetiva o presente plano de Lei, através do qual se procura uma solução prática e racional do problema, com o aproveitamento da estrutura assistencial já existente, sem descuidar dos aspectos financeiros que envolvem a aplicação do novo regime de atendimento médico e hospitalar, ao funcionário e seus dependentes.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 114-70

AUTOR: Dep. João Mansur

SÚMULA: "Regula a Assistência Médico-Hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, através do Instituto de Previdência do Estado e dá outras providências".

#### P A R E C E R

1.) O projeto foi elaborado atendendo as normas prescritas pelo art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Trata-se de regulamentação do art. 77, inciso II, da Emenda Constitucional n.º 3, de 29 de maio do corrente ano. Pela sua natureza, a iniciativa não fere qualquer preceito de ordem constitucional, como não fere, igualmente, preceito de ordem legal.

Por outro lado, é evidente a sua oportunidade.

3.) Em face das razões expostas somos pela sua aprovação, desde que atendido o substitutivo anexo, unicamente para corrigir a numeração do artigo regulamentado, tendo em vista que a Proposição foi apresentada anteriormente à vigência da atual Emenda Constitucional.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Mugiatti Filho

Cândido Mancel Martins de Oliveira

Igo Lessa

Borsari Netto

Sebastião Rodrigues Júnior

#### SUBSTITUTIVO GERAL

SÚMULA: "Regula a Assistência Médico-Hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, através do Instituto de Previdência do Estado e dá outras providências".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — A assistência médico-hospitalar ao funcionário público e seus

dependentes, nos termos do disposto pelo art. 77 inciso II, da Constituição Estadual, será prestada por intermédio do Instituto de Previdência do Estado, observando-se, no que couber, os regulamentos específicos já em vigor.

Art. 2.º — Ao Poder Executivo caberá fornecer os recursos complementares para pagamento das despesas que decorrerem da aplicação do novo regime assistencial, ressarcindo o Instituto de Previdência do Estado, pelo sistema de restituição trimestral das importâncias que forem efetivamente despendidas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente  
Odilon Reinhardt — Relator  
Gilberto Carvalho  
Borsari Netto  
Sebastião Rodrigues Júnior  
Igo Losso

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER

1. — De autoria do nobre Deputado João Mansur, o Projeto de Lei em exame regula a Assistência Médico-Hospitalar ao Funcionário Público e seus dependentes, através do Instituto de Previdência do Estado.

2. — Trata-se de Regulamentação de dispositivo Constitucional, que virá beneficiar a laboriosa classe dos Servidores Públicos.

3. — Nosso parecer é favorável nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ... de Julho de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Paulo Poli — Fuad Nacli — Santos Lima

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44.71, de autoria do Dep. Emílio Carazzini, que autoriza o Poder Executivo a conceder Pensão mensal de Cr\$ 80,00, a cada uma das trigêmeas Gisele, Gislene e Gisleide Muniz, nascidas nesta Capital a 23 de março de 1971. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.  
Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 44.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a cada uma das trigêmeas GISELE, GISLENE e GISLEIDE MUNIZ, uma pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros), nascidas em 23 de março de 1971, nesta Capital.

Art. 2.º — As pensões a que se refere o artigo anterior, serão pagas até que as beneficiárias completem a idade de dezoito (18) anos.

Parágrafo único — Nos casos de casamento, emancipação, profissionalização e aquisição de economia própria, cessarão automaticamente os benefícios desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

a) — Dep. Emílio Carazzini

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de um acontecimento excepcional, cujo evento veio aumentar as dificuldades do casal Luiz da Silva Muniz para prover a subsistência de seus filhos, agora em número de quatro (4). Ocorre que o referido cidadão, pai das trigêmeas, é trabalhador de nível de salário mínimo, conforme prova o atestado anexo. O fato em si do indicado cidadão ser pai de quatro filhos, nada significa, havendo mesmo famílias mais numerosas, todavia, o fato excepcional do nascimento das trigêmeas, autoriza a apresentação do presente Plano de Lei, no sentido de amenizar as dificuldades advindas com tal fato.

Pedimos, pois, o apoio de nossos ilustres Pares.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 44-71**  
**PARECER**

1 — Tratam os autos de Projetos de Lei "autorizando o Poder Executivo, a conceder pensão mensal às trigêmeas Gisele, Gisleide e Gislene, nascidas a 23 de março de 1971, nesta Capital. Pr.

2 — Os Projetos de Lei em análise em seu artigo 2.º — e Parágrafo Único especifica as condições de suspensão do benefício, cuja concessão se pretende e, em sua justificativa o nobre signatário assinala a excepcionalidade do evento, que veio gravar de forma acentuada o orçamento familiar, limitado ao mínimo como se vê da inclusa declaração da firma empregadora do pai das crianças.

3 — Numa época em que se pretende o planejamento familiar como base para o desenvolvimento econômico da Nação, entendemos que o Estado não deva ser incentivador de famílias com proles numerosas e, assim, suprimir quaisquer benefícios que, de algum modo, possam ser considerados como incentivo ao aumento da família. Entretanto, sabemos perfeitamente compreender que o fato do nascimento de trigêmeos foge completamente à qualquer possibilidade e, por isso, temos que encarar sob o prisma da problemática econômica e social que o evento pode acarretar à favelizada família.

4 — Sendo a Lei autorizativa, não implica, necessariamente, em violação de permissivo constitucional o que, aliada à relevância social da iniciativa lhe dá condições de legalidade para ser discutida, votada e aprovada pelo egrégio Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1.971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Acyr José** — Relator

**Emílio Carazzai** — Igo Losso — Cândido Manoel Martins de  
**Oliveira** — Gilberto Carvalho e Sebastião Rodrigues Júnior

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI N.º 44-71**  
**PARECER**

Autor: — Dep. **Emílio Carazzai**.

SUMULA: Autoriza a concessão de pensão mensal de Cr\$ 80,00, a cada uma das trigêmeas, nascidas nesta Capital, a 23.3.71.

Tanto a justificação do projeto quanto as razões que fundamentam o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, nos convêm do alto sentido social e humano da proposta.

É dever do Estado amparar a família. Esse princípio está inscrito na Carta Federal em vigor, consoante a tradição do nosso direito público. Face a essas duas ordens de motivos, opino pela aprovação do projeto. É o parecer.

Sala das Comissões

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Santos Lima — Fuad Nacli — Paulo Poli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8.71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, cria na cidade de Terra Roxa, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com **SUBSTITUTIVO EM REGIME DE URGENCIA.** — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 8.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Terra Roxa, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) Dep. Francisco Escorsin

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Terra Roxa, localizado na região oeste do nosso Estado, é uma região em franco progresso, atraindo por suas terras férteis todos os anos inúmeras famílias.

Para aprimoramento da educação e da cultura possui em funcionamento um Ginásio Estadual, mas todo ano grande número de estudantes saem da cidade em busca de escolas de nível secundário, e com a criação da Escola Normal Colegial estaremos preenchendo essa lacuna e contribuindo mais para a fixação de pessoas de maior cultura no meio de lavradores.

Apelo aos nobres Deputados pela aprovação deste plano de Lei, que é uma justa contribuição que daremos a uma região rica por suas terras férteis e elevado índice de população.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 8.71

AUTOR: — Dep. Francisco Escorsin

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de Terra Roxa, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

#### PARECER

1) — Na forma em que dispõe o Regimento Interno, o Projeto em exame vem articulado e devidamente justificado.

2) — A iniciativa em tela não colide com dispositivos quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Além do mais, trata-se de mera autorização legislativa. Quanto a sua oportunidade, nada à opor.

3º — Assim, pois, somos pela sua aprovação, desde que obedecido o substitutivo anexo.

É o parecer:

Sala das Comissões, em ... de maio de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai — Muggiati Filho — Acyr José — Cândido Martins de Oliveira — Vencido

#### SUBSTITUTIVO

#### AO PROJETO DE LEI N.º 8.71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Terra Roxa, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de maio de 1971.

(a) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Muggiati Filho — Cândido Martins de Oliveira — Vencido — Acyr José — Emílio Carazzai

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 8.71

O presente Projeto de Lei, vem articulado e devidamente justificado na conformidade com o que determina o Regimento Interno.

Por outro lado o mesmo não conflita com dispositivos de ordem financeira.

Quanto a sua oportunidade nada há a opor.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Santos Lima — Fuad Nacli — Paulo Poli — Maurício Fruet — Gabriel Manoel

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 8.71

1) O desenvolvimento de um povo depende primordialmente de sua educação e o Estado é responsável totalmente pela educação de sua gente.

Desta forma, somos favoráveis à aprovação do Projeto supra citado.

S. M. J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Arizone Araújo — Acyr José

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio e ao Sr. Presidente do I.B.C., pelo êxito alcançado com o Acordo Internacional do Café. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cul.

tura, no sentido de determinar medidas necessárias junto ao Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura da S.E.C. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando seja o Grande Expediente da Sessão de 25 de novembro destinada à comemoração do Centenário da Imigração Polonesa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 158.70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Parlamentares a fim de verificar os estragos causados pela tempestade de granizo ocorrida a 26 do corrente, na região de Campo Mourão. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, terça-feira, dia 28, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175.70;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 94.69, 71.70, 114.70, 8.71, 44.71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 139.70, 100.71.  
Levanta-se a Sessão.